



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E BIOLÓGICAS

A T A

1 **ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA FACULDADE**
2 **DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E BIOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO**
3 **SUL E SUDESTE DO PARÁ, REALIZADA NO DIA NOVE DE MARÇO DE DOIS**
4 **MIL E DEZESSEIS.** No dia nove do mês de março de dois mil e dezesseis, às quatorze
5 horas, na sala dos professores, no prédio do Instituto de Estudos em Saúde e Biológicas –
6 IESB, na Unidade III, Cidade Universitária, na cidade de Marabá, Estado do Pará, reuniram-
7 se, sob a presidência do professor Caio Maximino de Oliveira, vice-diretor da Faculdade de
8 Ciências da Saúde e Biológicas – FACISB, o professor Sidnei Cerqueira dos Santos, o
9 professor Marcelo Vial Roehe, a professora Solange Conceição Albuquerque de Cristo, o
10 professor Maurício de Pinho Lima, e o técnico-administrativo Valquimarque Nascimento
11 Feitosa. Participaram também como ouvintes: O professor José Maria dos Santos Vieira e a
12 Professora Loarena Leal Cruz. **1. INFORMES. 2. PROPOSIÇÃO. 3. ORDEM DO DIA.**
13 **3.1. Aprovação da ata da reunião anterior. 3.2. Projeto do Curso de Medicina. 3.3.**
14 **Aprovação do documento e informes da Comissão de Regimento. 3.4. Indicação de**
15 **servidores para compor Comissões: - Comissão de Resolução de Pesquisa – Comissão**
16 **de Resolução de Concursos. 3.5. O que ocorrer. 5. ENCERRAMENTO.** Com a palavra,
17 o Sr. presidente do conselho cumprimentou a todos e em seguida deu início à reunião. **1.**
18 **INFORMES.** Nesse momento o presidente do conselho abriu para os informes, e o
19 professor Sidnei informou que foi decidido na reunião do CONSEPE que as vagas de
20 concurso para professores do curso de Psicologia e de Saúde Coletiva serão reabertas,
21 durante dois meses, para Doutores e caso não haja inscritos será abaixado automaticamente,
22 durante um mês, para Mestres. O professor Sidnei seguiu informando que houve outro tema
23 bastante discutido que foi o Código de Postura da Unifesspa e que o mesmo havia sido feito
24 em forma de resolução que versa sobre várias coisas importantes em relação a participação
25 dos discentes, professores, técnicos e do público externo em relação a Universidade e que a
26 proposta era que o Código de Posturas já fosse votado lá naquele momento, contudo a partir
27 da leitura inicial do mesmo houveram muitas discussões em relação a vários artigos, incisos
28 e alíneas; então foi decidido que o documento será disponibilizado via SIGAA e que todos
29 poderão fazer uma avaliação em relação a cada tópico do Código, e que fez uma breve leitura
30 do documento e verificou que um dos assuntos tratados é a presença dos animais na
31 Universidade. O professor José Maria perguntou se somente quem fazia parte do CONSEPE
32 poderia fazer avaliação do documento. O professor Sidnei respondeu que todos que possuem
33 acesso ao SIGAA poderiam participar: técnicos, professores e discentes. O professor Sidnei
34 falou ainda que o Reitor deixou muito claro que o trabalho que a professora Raquel vem
35 fazendo de cuidado e alimentação dos animais seria prejudicado tendo em vista que não há
36 um órgão específico para cuidar deles, pois o Centro de Zoonoses de Marabá ainda pratica
37 a eutanásia como recurso principal, então deveria ser discutido melhor como será o
38 tratamento e o direcionamento dos animais. A professora Raquel disse que não estava
39 presente na reunião do CONSEPE, mas havia conversado com um professor de Direito e ele
40 explicou que há um problema legal, pois a partir do momento que se impede de alimentar
41 os animais a Universidade pode sofrer alguma sanção, pois já se configura crime de maus
42 tratos. O professor Sidnei informou então que em, relação à acessibilidade e inclusão,
43 discutiu-se na reunião do CONSEPE a perspectiva de chegada, até o final do ano, de setenta
44 e quatro alunos com algum tipo de deficiência devido ao projeto ambicioso da Unifesspa,

(Handwritten signatures and initials)

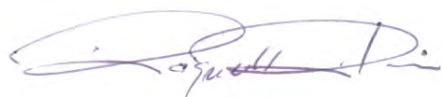
45 que é inserir dois alunos deficientes por curso. Disse ainda que ficou muito claro que será
46 muito difícil, por que os professores não são formados para atender essa demanda de alunos
47 e que apenas a professora Lucélia estaria apta a lidar com alunos com esse perfil, entretanto
48 a demanda será muito grande e ela não dará conta sozinha. O presidente do Conselho falou
49 que há uma aluna da Psicologia que tem baixa visão, mas que só ficou sabendo no meio do
50 semestre e que ela ainda não foi reportada e que são coisas que devem ser discutidas, pois é
51 preocupante o fato de os professores não terem formação para lidar com esses alunos. O
52 presidente do Conselho informou que, por causa da inexistência de novas turmas no curso
53 de Psicologia, foram geradas três solicitações de discentes prejudicados pela situação, que
54 foram encaminhadas ao CONSEPE. As solicitações envolviam dois discentes que não
55 conseguiram cursar todo um período e corriam o risco de serem desligados, e uma aluna que
56 reprovou duas disciplinas do semestre passado e solicitou que as disciplinas fossem
57 reofertadas. O CONSEPE emitiu parecer relativo aos dois primeiros casos, instruindo que,
58 considerando todas as dificuldades e a situação de exceção do curso de Psicologia pode ser
59 aberta novas turmas para esse alunos normalmente, mesmo que haja só um ou dois alunos
60 na turma, caso a situação se repita novamente no semestre que vem. Esse parecer foi
61 encaminhado à FACISB pela Diretoria de Ensino da PROEG em resposta à terceira
62 solicitação (discente com duas reprovações), interpretando o professor Caio que o que foi
63 decidido pelo CONSEPE em relação aos dois discentes cabe também a aluna. O presidente
64 do Conselho colocou à disposição de todos o parecer emitido pelo CONSEPE. O professor
65 Sidnei falou que o Instituto tem autonomia para, nesses casos, oferecer cursos bloqueados com
66 tutor para que os alunos não fiquem atrasados em relação a turma deles; entretanto, o
67 professor Caio apontou que a tutoria só é autorizada duas vezes no curso, e sua oferta nesse
68 momento poderia prejudicar os discentes no futuro. **2. PROPOSIÇÃO.** Não houve
69 proposições. **3. ORDEM DO DIA. 3.1. Aprovação da ata da reunião anterior.** Nesse
70 ponto o presidente do Conselho falou que a Ata da segunda reunião Ordinária já havia sido
71 enviada via e-mail e que foram feitas várias sugestões de modificações na Ata e que as
72 mesmas já haviam sido incorporadas à Ata. Nesse momento o Presidente do Conselho
73 colocou em votação e a Ata da Segunda Reunião Ordinária da FACISB foi aprovada por
74 unanimidade. **3.2. Projeto do Curso de Medicina.** O presidente do Conselho passou a
75 palavra para o professor José Maria apresentar o projeto do Curso de Medicina e ressaltou
76 que o Projeto e o PPC do curso foram encerrados e aprovados pela Comissão de Implantação
77 do Curso a pouco tempo, mas houve a tentativa de divulgar os documentos para que todos
78 tomassem conhecimento. O professor José Maria pontuou que o curso de Medicina foi
79 pactuado no programa de política nacional de expansão dos cursos de Medicina vinculado
80 ao Programa Mais Médicos e que o curso foi aprovado para Marabá em uma Portaria de
81 2013, e que em 2014 foi muito difícil levar o projeto adiante tendo em vista a falta de
82 professores para compor a Comissão de instalação do curso. Houve também dificuldade em
83 contratar professor médico sem a existência do curso, mas o problema foi sanado com a
84 contratação do professor Maurício, utilizando uma das vinte vagas de professor do Curso de
85 Medicina, atuando como professor da Saúde Coletiva e das Ciências Biológicas. O professor
86 José Maria seguiu dizendo que a Comissão fez o projeto do curso dentro dos moldes que a
87 PROEG sugeriu, e o PPC foi feito pela mesma Comissão e assessorado pela professora
88 Tânia, de Belém. Prosseguiu historicizando, comentando que a Comissão foi então refeita,
89 com a entrada dos professores Caio Maximino e Ana Cristina Viana Campos, com a
90 posterior entrada do professor Maurício. Ressaltou a colaboração deste último no final do
91 PPC, com a revisão da matriz curricular, e o intenso trabalho dos professores Caio e Ana
92 Cristina na confecção do PPC como um todo. Relatou que houve uma reunião no dia anterior
93 (08/03/2016) com o Conselho Superior, onde decidiu-se que, se o Programa Mais Médicos
94 não garantir os recursos necessários à implantação do curso, não haveria como implantá-lo,
95 pois a Universidade não tem condições, só com o orçamento do MEC, de garantir um curso
96 tão caro. Entretanto, os recursos para a construção do prédio da Medicina já foram liberados,

97 e sua construção está garantida até meados de dezembro do ano em curso; ademais, as vagas
98 para contratação de docentes também já estão garantidas, com liberação de vinte a cada dois
99 anos, num total de 60 vagas. *A priori*, o curso deverá ficar no IESB, mas se o Instituto decidir
100 não aprovar o curso, este seria transferido para outro Instituto. O professor José Maria seguiu
101 argumentando que não poderia dar garantias que o Programa Mais Médicos continuaria
102 funcionado, mas esteve em uma reunião com os ministros da Saúde e da Educação e eles
103 garantiram que tudo que foi assumido pelo Programa seria cumprido, então a sua sugestão
104 era que o curso fosse aprovado no Conselho, dado que o CONSEPE só o aprovaria se o Mais
105 Médicos custeasse o curso. O professor Sidnei perguntou se a infraestrutura que estava
106 sendo construída era para a instalação inicial do curso ou para todo o curso, e se o número
107 de laboratórios e sala de aulas eram suficientes. O professor José Maria respondeu que a
108 infraestrutura seria para todo curso, e que essa a planta representava uma estrutura-padrão
109 para todos os prédios criados dentro do Programa Mais Médicos. Considerou ainda que a
110 maioria das aulas práticas serão realizadas fora da Universidade, no sistema de saúde do
111 município, e por isso havia sido iniciado o processo para realização dos Contratos
112 Organizativos de Ação Pública Ensino-Serviço (COAPES). Isso não impedia que, no futuro,
113 houvesse a criação de um hospital universitário, e já estava sendo estudada a possibilidade
114 de conseguir uma emenda parlamentar para isso; ressaltou que, nesse caso, será função do
115 Instituto implementar essa demanda. O professor José Maria seguiu dizendo que o prédio
116 será composto de um mini-auditório, sala de conferência, laboratório morfofuncional e
117 laboratório de habilidades, e que a única coisa que não estava contemplado no prédio
118 conforme a recomendação do MEC seria o biotério, visto que ele não é exigido e que houve
119 alterações do projeto inicial, com a retirada de um andar. O presidente do Conselho ressaltou
120 que achava prudente não haver biotério, visto que a ANVISA preconiza que ele deve ter um
121 prédio a parte, pois o mesmo oferece risco biológico. O professor José Maria salientou que,
122 como os alunos de medicina geralmente tem poucas aulas no laboratório de informática, é
123 possível outros cursos possam usar o laboratório. A professora Solange perguntou qual a
124 previsão do curso efetivamente começar a funcionar, dado a quantidade de condicionantes.
125 O professor José Maria respondeu que a proposta é que comece no ano de dois mil e
126 dezessete, com início programado das aulas no final de março, mas a inclusão da data de
127 janeiro de dois mil e dezessete no projeto se deve à necessidade de incluir o curso no
128 processo seletivo. O professor José Maria continuou argumentando que fez um
129 levantamento de uma previsão de quanto falta para o término do prédio, e acredita que o
130 tempo será suficiente para a conclusão; também está fazendo uma estimativa de livros a
131 serem usados no curso por dois anos e assim asseguraria professores, equipamentos e livros
132 para um biênio. Ele disse ainda que era necessário agilizar os trâmites do curso no Instituto
133 e aprová-lo no CONSEPE e pediu que o Presidente do Conselho e o Professor Maurício
134 ficasse a vontade para analisar o PPC do curso e fazer sugestões que sejam necessárias. O
135 professor José Maria agradeceu o professor Caio e a professora Ana Cristina e disse que, se
136 eles não houvessem sido contratados, não levaria adiante o projeto do curso de Medicina
137 sozinho; ressaltou que o professor Caio ajudou muito com sua experiência de já haver dado
138 aula em curso de Medicina e a professora Ana Cristina contribuiu escrevendo parte da
139 metodologia de ensino e fazendo levantamentos da situação da Saúde no Município. Ele
140 ressaltou ainda que o projeto está bem escrito e que está preparado para futuras críticas que
141 possam surgir e que a intenção era dar o pontapé inicial na implantação do curso. O professor
142 Maurício argumentou que achava que não ia haver problemas em relação ao MEC, visto
143 que, havia poucas alterações a serem feitas no PPC. O professor José Maria apontou que o
144 grande problema era que o MEC possuía um grupo a sua frente que eram defensores
145 “fanáticos” da metodologia de aprendizagem baseada em problemas (PBL), mas o PPC de
146 Medicina estava propondo uma metodologia de transição até chegar no PBL “puro” em
147 quatro anos, iniciando com Casos motivadores duas vezes na semana e Seminários
148 Integradores; se o MEC não aceitasse essa proposta o curso atrasaria um ano, para que

149 houvesse uma adequação. A professora Solange perguntou se haveria candidatos as vagas
150 de professor do curso, levando em conta o salário pouco atrativo aos médicos. O professor
151 José Maria respondeu que o grande problema era que a Universidade exigia dedicação
152 exclusiva, então seria necessário verificar a possibilidade de alteração do regime de trabalho
153 caso as vagas não fossem preenchidas. O presidente do Conselho ressaltou que a ideia era
154 abrir várias algumas vagas para quem não fosse médico, pois não fazia sentido uma
155 exigência de médico para ministrar as disciplinas das ciências biomédicas (fisiologia,
156 farmacologia, biofísica, biologia celular, etc). O professor José Maria ressaltou que uma das
157 exigências do MEC era que, das primeiras vagas destinadas ao curso de Medicina, sessenta
158 por cento delas deveriam ser para médicos, condicionada a liberação a comprovação de
159 formação e competência mais do que diplomação. O professor Maurício salientou que seria
160 muito mais fácil conseguir médicos especialistas, pois seria alunos que estariam terminando
161 a residência e que iriam se interessar, porque professores doutores ganham muito mais
162 fazendo plantões. O professor José Maria pediu que o curso fosse aprovado naquele
163 momento e disse que o PPC ficaria sendo analisado na PROEG e que qualquer sugestão que
164 surgisse era só levar até a ele ou ao professor Maurício. Nesse momento o presidente do
165 Conselho colocou em votação a aprovação do Projeto e do PPC do curso de Medicina, que
166 foi aprovado por unanimidade. **3.3. Aprovação do documento e informes da Comissão
167 de Regimento.** O presidente do Conselho pontuou que a Comissão de Regimento solicitou
168 que fosse enviado um documento para os discentes os convocando para que eles indicassem
169 no prazo de trinta dias representantes para compor a Comissão de Regimento; no entanto
170 nenhum aluno dos três cursos havia manifestado interesse e, como o início das atividades da
171 Comissão de Elaboração do regimento já estava bastante atrasada, iria seguir o que foi
172 aprovado na Ata anterior - o início das atividades da Comissão sem a presença desse
173 representante. O professor Sidnei acrescentou que a decisão que estava para ser tomada não
174 era ilegal, pois o Regimento é algo maior para todos os envolvidos e que concordava com o
175 professor Caio, mas que deveria haver uma mobilização visando trazer os discentes a terem
176 representação no Conselho da Faculdade e em outras Comissões. A professora Solange
177 perguntou se havia prazo para elaboração do Regimento. O professor Sidnei respondeu que
178 há data de início, mas não há data final, e que o importante é que ele seja feito até dezembro
179 de dois mil e dezesseis por causa da Reunião do CONSUN e que já havia quatro Institutos
180 com Regimentos próprios e com Diretores aprovados de forma democrática, inclusive com
181 votação via SIGAA. A professora Solange perguntou se o representante na Comissão de
182 Regimento tinha que ser necessariamente o representante dos discentes no Conselho da
183 Faculdade. O professor Sidnei respondeu que o que foi aprovado na reunião anterior é que
184 os alunos se reuniram e indicariam um representante, mas ele sugere que cada curso tenha
185 seu representante. O Presidente do Conselho pontuou que uma preocupação em relação a
186 ideia do professor Sidnei, era a proporcionalidade entre os pares, pois quando se coloca três
187 representantes discentes há alteração da proporcionalidade, visto que a LDB preconiza que
188 em qualquer instancia decisória relativa ao trabalho do professor eles terão que ocupar
189 setenta por cento das cadeiras, então para aumentar a quantidade de representantes discentes
190 teria que aumentar a quantidade de docentes. O presidente do Conselho pontuou que o
191 desenho da composição da Comissão já havia sido debatido e votado em duas Reuniões e
192 que não achava necessário votar a proposta. O professor Sidnei argumentou que o que o era
193 importante era se a Comissão já poderia começar a trabalhar, visto que já havia sido perdido
194 muito tempo à espera do representante discente. A professora Solange salientou que achava
195 pertinente comunicar o início dos trabalhos da Comissão aos alunos, para que eles saibam
196 que foram chamados a fazer parte, mas abriram mão desse direito. O professor Marcelo
197 argumentou que os representante já são avisados por e-mail, inclusive recebem as Atas com
198 todas as decisões tomadas e que, portanto, eles teriam acesso as todas as decisões. O
199 professor Sidnei pontuou que uma opção seria avisá-los via Memorando Circular. A
200 professora Solange salientou que se a questão da Comissão de Regimento já havia sido



201 discutida anteriormente não havia necessidade de discuti-la novamente e que achava que as
202 vezes o Conselho perdia muito tempo discutindo propostas que já foram discutidas e
203 votadas. O Presidente do Conselho argumentou que isso tenderia a diminuir, visto que as
204 Atas anteriores já se encontravam a disposição no site do Instituto e qualquer um poderia ter
205 acesso a elas e se inteirar das questões já discutidas. A professora Solange sugeriu que era
206 necessário que fosse enviado Memorando aos discentes e que um representante deles desse
207 ciência ao documento, pois os alunos poderiam alegar que não receberam o documento. O
208 professor Marcelo pontuou que tinha a impressão que o Conselho estava supervalorizando
209 a questão de dar publicidade das decisões do Conselho aos alunos, pois os mesmos já são
210 sempre avisados de todos os passos do Conselho e foram convocados a fazerem parte da
211 Comissão de Regimento, no entanto se mostraram indiferentes ao assunto. A professora
212 Solange perguntou até que ponto o Conselho estava sendo acessível ou estava afastando o
213 aluno. O professor Sidnei salientou que se for aprovado a proposta dele, de aumentar o
214 número de representantes dos alunos esses representantes se sentiriam mais a vontade, pois
215 estariam entre mais estudantes. O presidente do Conselho concluiu que o ponto estava na
216 pauta mais por questões de informes já que não havia uma decisão a ser tomada, visto que a
217 questão já havia sido discutida e votada em Reuniões anteriores, restava, portanto,
218 comunicar a todos, através de um documento, o que aconteceu e fazer com que os
219 representantes discentes deem ciência ao Memorando Circular. **3.4. Indicação de**
220 **servidores para compor Comissões: - Comissão de Resolução de Pesquisa – Comissão**
221 **de Resolução de Concursos.** O presidente do Conselho pontuou que enviou um
222 Memorando aos professores solicitando que eles indicassem representantes para essas
223 Comissões, entretanto não houve resposta, e que somente o professor Marcelo apresentou
224 interesse em se candidatar à suplente da Comissão de Resolução de Concurso. A professora
225 Solange se candidatou a suplente da Comissão de Resolução de Pesquisa. O professor
226 Maurício perguntou quais eram as atribuições de quem fazia parte dessas Comissões. O
227 presidente do Conselho respondeu que o Instituto possuía uma Resolução de Pesquisa e ela
228 tem alguns problemas e, portanto, ela precisaria ser revista e refeita; um dos problemas é
229 relativo a questão dos Relatórios, pois não há um modelo padrão de Relatório. Nesse
230 momento o Presidente do Conselho colocou em votação a aprovação da professora Solange
231 para compor a Comissão de Resolução de Pesquisa e do professor Marcelo para compor a
232 Comissão de Resolução de Concursos, e a proposta foi aprovada por unanimidade.
233 **4. ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu o
234 comparecimento de todos e às dezessete horas, deu por encerrada a reunião, da qual, para
235 constar, foi lavrada a presente Ata, que após aprovada, vai assinada pelo Presidente do
236 Conselho, por mim, Valquimarque Nascimento Feitosa, e demais presentes.



ARCO BARBOSA

Solange Lyrio

Emmanuelle Helena Santos Cardoso

Francisco de Pinho Junior

Marcelo V. Ribeiro

Sidnei Pequira dos Santos